



HAL
open science

Prefácio

Éric Hamraoui

► **To cite this version:**

Éric Hamraoui. Prefácio. Ana Magnólia Mendes. Desejar, Falar, Trabalhar, Editora Fi, pp.13-16, 2018, 978-85-5696-395-6. hal-04068274

HAL Id: hal-04068274

<https://cnam.hal.science/hal-04068274>

Submitted on 31 May 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Prefácio

*Eric Hamraoui*³

Neste livro, Ana Magnólia recorre a um jogo de idas e vindas em direção a uma abordagem do trabalho convocando os recursos da psicopatologia e da psicanálise a um questionamento de natureza psicopolítica. Pode ser, em efeito, definido como tentativa de invenção de um novo modo (des)eurocêntrico de compreensão das profundas questões políticas, históricas e culturais relativas às grandes transformações em ação no universo contemporâneo do trabalho. Daí sua importância teórica e sua originalidade, que reside em integrar o fato da colonização no movimento de explicação da gênese dessas transformações, como souberam fazer poucos e raros pesquisadores. De acordo com Ana Magnólia, não somente os povos, mas também o trabalho é colonizado. Isso é, num certo sentido, um alargamento da dominação, que vem sendo reforçada pelo processo de colonização, segundo Tocqueville. Esse processo de colonização se distingue daquele da pura exploração do trabalho e da alienação no trabalho. Ataca, de fato, tudo aquilo que, no colonizado, é suposto resistente aos mecanismos de normalização, hostil ao princípio da razão, a saber, à própria vida. Este último torna-se, então, objeto de condicionamento através da concepção e implementação de artifícios institucionais específicos pelo poder colonial, que encena a ideia de uma incapacidade do colonizado de se tornar um sujeito político. Sua vida será mais facilmente considerada como uma fonte de exploração e suas

³ Maître de conférences en philosophie; habilité à diriger les recherches au CNAM (Paris).

manifestações mais intempestivas (sonhos de emancipação) serão mais violentamente reprimidas. Mas o essencial reside aqui na redução do colonizado à presença de um corpo sem existência política possível, mantendo a ficção de sua participação na cidadania. No entanto, esse mesmo artifício tem servido de modelo de desenvolvimento da relação do indivíduo com a vida social hoje convocada pela Empresa: aquela de uma existência coletiva privada do tempo necessário a seu desenvolvimento, utilizando a ficção de sujeitos no ritmo da vida acelerada, contribuindo para essa vida. Isso também se refere à importação de uma técnica de poder antiga para o presente que Ana Magnólia usa para sustentar a tese de que a colonização atual do sujeito pelos modos de organização capitalista leva à conversão do trabalho vivo em trabalho morto ou abstrato – onde a ultraprescrição, o controle, a quantificação, a urgência e a excelência constituem as manifestações –, e, além, à supressão da contradição dinâmica existente entre um e o outro, constituinte da vida do trabalho ligada à possibilidade de estabelecer os laços entre os seres e as coisas. Contudo, é clara a ruína desta possibilidade pelo poder colonial e sua matriz capitalista ao mesmo tempo em que se dão a ver como meios da realização de um mundo comum entre colonos e colonizados, desconsiderando a persistência da desigualdade entre essas duas populações. Também, o mundo colonial – do qual não saímos! – é aquele em que os mestres afirmam deter a legitimidade de seu poder de um conhecimento e de uma verdade absolutos dos quais somente eles poderiam desfrutar. Contudo, uma tal pretensão condena imediatamente a realização do trabalho vivo do político, que exclui toda a clivagem e programa a redução do indivíduo ao estado de « unidade de valor ». Assim se explica o triunfo da lógica de quantificação, de medida e de avaliação do trabalho com o culto do ativismo e do produtivismo, como origem de formas inéditas de subalternidade que ativam os mecanismos de identificação projetiva do « colaborador colonizado » com o « gestor colonizador ». Daí a necessidade de se investigar os meios de

descolonizar a subjetividade no mundo atual do trabalho. Inevitavelmente difícil de se engajar, essa descolonização do sujeito pressupõe, segundo Ana Magnólia, o recurso prévio de uma ética dos laços sociais e do desejo – cuja articulação Marx soube definir – no contexto mundial de um desmantelamento desenfreado da política. A implementação de tal ética deverá, por essa razão, saber se apoiar no pensamento do « trabalho humano como espaço privilegiado de endereçamento do outro ao Outro ». No entanto, essa concepção, às vezes política e linguística do trabalho, desenvolvida por Ana Magnólia, se inscreve em uma perspectiva outra, freudiana, de uma entrada no princípio de realidade, ocasião da obtenção de uma gratificação ligada ao adiamento ou à transformação da pulsão com uma diminuição possível do prazer experimentado em si. O trabalho se torna assim, em Freud, a voz do supereu em que a mobilização patológica em busca de um eu ideal acentua o caráter tirânico, e que, como tal, pode ser convocada pelo discurso capitalista colonialista. Voz a qual se opõe, como afirma Ana Magnólia, a voz primordial, correspondente ao momento do nascimento do sujeito sob a égide da voz e do desejo do Outro, cujos registros são explorados por Jacques Lacan. Notamos que o sujeito nascente em questão não é outro que não o sujeito do trabalho, figura intimamente associada àquela do trabalho do sujeito implicado pelo processo de sublimação e que tem sua força emancipatória na insistência. Potência ética e política exercida como atividade onde existe o tempo necessário à improvisação – no sentido musical do termo – ela, a insistência, constitui o antídoto ao risco de confinamento nos limites do eterno presente da repetição, sem se exceder e se tornar previsível. Referindo-se à concepção lacaniana do supereu, que, como voz, não está lá em um sentido significativo, mas como sua pura exigente obediência e convicção, Ana Magnólia questiona os efeitos subjetivos dessa circularidade no contexto do trabalho atual, lugar de uma substituição da ideologia da perfeição, da excelência, da qualidade total, à prova da falta constitutiva do desejo. Em termos

psicanalíticos, isso significa a passagem do registro da invocação da pulsão àquele de uma busca obsessiva de sua satisfação. Daí o impossível destino sublimatório da pulsão, o impedimento do trabalho do sujeito e a desqualificação da concepção do trabalho como lugar de experiência na presença do outro, no regime capitalista, onde « a voz do supereu tirânico deixa o homem boquiaberto em seu silêncio gritante ». Este é o pano de fundo trágico da emergência dos sintomas sociais (servidão, aceleração e virilidade) – e não unicamente clínicos – articulados ao ideal do eu, cativo ao ideal do capital, na origem da maior parte das patologias ligadas ao culto da performance. Patologias que, de acordo com Ana Magnólia, são o efeito da conjunção de modos de gestão perversos da economia psíquica dos indivíduos e da concepção do mais-gozar como destinatário único da satisfação da pulsão. Todos esses elementos levam à instauração de uma visão do mundo (Weltanschauung) mobilizando uma nova ficção que associa a completude do eu e visa os objetivos da produção em detrimento do desenvolvimento de toda sensibilidade ao eu, aos outros e às coisas. Daí o nascimento da patologia da indiferença, « central, de acordo com Ana Magnólia, para manter o poder do capital fundado na radicalização de um supereu imperioso que empurra para a ultrapassagem de todo limite ». Isso, sob o risco do desenvolvimento da violência no trabalho e das patologias de sobrecarga, conduz à « mortificação do desejo, do trabalho vivo e da existência ética e política » no contexto do desenvolvimento global de políticas de inimizade. Inimizade com os outros em nome do princípio liberal da competição e consigo mesmo em virtude do princípio liberal da autoconcorrência. Seria a invenção de uma nova forma de escravidão?